



**Câmara Municipal**

Vitória da Conquista

Unidade e Compromisso

**(77) 3086-9600**

Rua Coronel Gugé - 150,  
Bairro Centro, CEP 45000-510  
Vitória da Conquista - BA

CÂMARA MUNICIPAL  
VITÓRIA DA CONQUISTA  
PARECER APROVADO NA SESSÃO  
DO9DIA  
24/09/2021

Luis Carlos Dudé  
PRESIDENTE

Parecer favorável da Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Defesa da Mulher ao Projeto de lei Nº 096/2021, que obriga os condomínios residenciais, comerciais ou mistos do Município de Vitória da Conquista a comunicar aos Órgãos de Segurança Pública a ocorrência ou indício de episódios de ocorrência de violência doméstica e/ou familiar, verificadas nas respectivas dependências e/ou unidade contra mulheres, crianças, adolescentes ou idosos.

## I – RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei nº. 096/2021, que obriga os condomínios residenciais, comerciais ou mistos do Município de Vitória da Conquista a comunicar aos Órgãos de Segurança Pública a ocorrência ou indício de episódios de ocorrência de violência doméstica e/ou familiar, verificadas nas respectivas dependências e/ou unidade contra mulheres, crianças, adolescentes ou idosos.

## II – EXAME DE ADMISSIBILIDADE

Inicialmente, observa-se que o Projeto de Lei está redigido em termos claros, objetivos e concisos, em língua nacional e ortografia oficial, devidamente subscrito por seu autor, tudo na conformidade do disposto no art. 149 do

[www.camaravc.com.br](http://www.camaravc.com.br)

f@v@camaravc

Câmara de Vitória da Conquista



**Câmara Municipal**

Vitória da Conquista

Unidade e Compromisso

**(77) 3086-9600**

Rua Coronel Gugé - 150,  
Bairro Centro, CEP 45000-510  
Vitória da Conquista - BA

Regimento Interno da Câmara Municipal de Vitória da Conquista – BA e Lei Complementar nº. 95/98.

Nota-se ainda que o autor articulou justificativa escrita, atendendo ao disposto no art. 149 da mesma norma regimental.

Ademais, percebe-se que a distribuição do texto também está dentro dos padrões exigidos pela técnica legislativa, não merecendo qualquer reparo.

Destarte, restam-se cumpridos os requisitos de admissibilidade.

### III – JUSTIFICATIVA:

O Projeto de Lei em análise tem por objetivo colocar à disposição da sociedade mais um instrumento legal para ajudar no combate à violência doméstica que tanto precisa de nossa atuação enquanto legisladores.

É notório o fato de que a violência doméstica aumentou flagrantemente nesse contexto de isolamento social e reclusão domiciliar (devido à pandemia do Covid-19), conforme apontam órgãos de monitoramento, como o Disque 100.

Dessa forma, é válido esclarecer que a violência “doméstica” é aquela praticada contra mulheres, homens (em relações hetero ou homossexuais, com parceiros atuais ou antigos), crianças, idosos e vulneráveis. O dito popular “em briga de marido e mulher não se mete a colher” é coisa do passado e deve ser esquecido.

Ainda que contemos com legislação específica há 15 anos dedicada à proteção da mulher (Lei Maria da Penha), há 30 anos às crianças (Estatuto da Criança e do Adolescente), aos idosos, deficientes, etc., os índices alarmantes de violência falam por si só.

### IV – VOTO:

No que tange à sua constitucionalidade e legalidade formais, pode-se dizer que o Projeto de Lei em pauta se mantém coerente e em consonância com

*Alm*  
*Assinado*

[www.camaravc.com.br](http://www.camaravc.com.br)

[f](#) [i](#) [t](#) [@camaravc](#)

Câmara de Vitória da Conquista





**Câmara Municipal**

Vitória da Conquista

Unidade e Compromisso

**(77) 3086-9600**

Rua Coronel Gugé - 150,  
Bairro Centro, CEP 45000-510  
Vitória da Conquista - BA

os dispositivos constitucionais e legais atinentes à competência legislativa e à iniciativa. Senão, vejamos.

O projeto em análise versa sobre assunto de interesse local e, portanto, enquadra-se nas competências reservadas pela Constituição Federal para os Municípios (art. 30, I, CF/88).

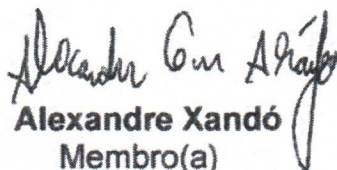
Por fim, quanto à iniciativa parlamentar do referido projeto, também não se observa vício de inconstitucionalidade ou ilegalidade, haja vista que a legislação local admite que a iniciativa de leis cabe ao Vereador, às Comissões permanentes da Câmara, ao Prefeito Municipal e aos cidadãos.

**V – PARECER:**

Diante dos próprios fundamentos expostos, somos favoráveis à aprovação do Projeto de Lei nº 096/2021, por estar em consonância com a República Federativa do Brasil.

Plenário Vereadora Carmem Lúcia, 10 de setembro de 2021.

**Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Direitos da Mulher**

  
**Alexandre Xandó**  
Membro(a)

  
**Lúcia Rocha**  
Membro(a)